



ATA 97

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e doze na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, as quatorze horas, reuniram-se na Sala de reuniões o CONEDE com a Presidente do CONEDE-SC, Sra. Andréia R. A. Panchiniak (FCEE), com a participação dos Conselheiros Titulares e Suplentes presentes: Isabel Cristina Hammes (SST), Rosana Campigotto (SSP), Rita de Cássia Kleber (SED), Adriano Sousa (SES), Kelly Cristiny Cabral (SEA), Karen Domingues (FCEE), Luciana Duarte (ASGF), Fernanda Reis Augusto da Silva (ASGF), Maria Nilza Eckel (FEAPAES), José Augusto Meier Gochinski (FECEDDEF), Patricia Bonfante (FECEDDEF), João Carlos de Liz (FECEDDEF), Leonardo Apolinário Inácio (ASCC), Carlos Roberto Sestrem (FECADDESC), Irena Gaulinski Duarte (APORF), Sérgio Luiz Celestino da Silva (COMDE – JOINVILLE), Conselheiros com ausências justificadas: Rosângela Laura Ventura Gomes de Castro (SOL), Cristiana Erthal (ASGF), Denise Aparecida Michelute Gerardi (APABB), Fabiano Jussaro de Jesus (FEAPAES), Amanda Pacheco Beck (APABB), Jair Suavi (ADVIR), Janice Aparecida Steidel Krasniak (Convidada ALESC) 1. A Presidente do CONEDE iniciou a reunião, solicitando que os presentes se apresentassem. Após, a pauta foi aprovada com as seguintes inclusões: Conselheiro José solicita informações acerca da vaga de tesoureiro na mesa diretora, tendo em vista a substituição da conselheira Almerize. Conselheiro Leonardo inclusão em pauta sobre visão monocular no Estado. Conselheira Kelly solicita que os encaminhamentos passem a constar nas ATAS de reuniões. Foi sugerido, ainda, que as reuniões sejam gravadas, facilitando a confecção das atas, o que foi aprovado pela maioria dos presentes, embora a Direção vá ainda verificar a disponibilidade dos equipamentos necessários. 2. Em relação a vaga da Conselheira Almerize na mesa diretora o encaminhamento dado será a realização de eleição na próxima reunião plenária (fevereiro), sendo a vaga da sociedade civil, e oportunizar por meio de email informações acerca da candidatura. 3. Em se tratando da audiência pública sobre escolas particulares a presidente do CONEDE apresentou a proposta da ALESC para que ocorresse na primeira quinzena de março, numa terça ou quarta feira, sendo acatado o dia 13 de março de 2013, com o envio de ofício para as entidades que atuam com a questão em pauta. Com relação ao Sistema ACAFE responderam ao ofício o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Como encaminhamento na reunião de fevereiro será realizada a composição de um grupo para dar continuidade as ações já iniciadas. Em Relação à Conferência Nacional realizada em Brasília de 03 a 06 de Dezembro, Andréia falou sobre a capacitação e as temáticas sobre as propostas da conferência. Patrícia acha que é resultado da falta de capacitação o fato de ter saído de lá com muitas propostas, que algumas propostas são repetidas e que achou inconveniente a falta de acessibilidade para alguns cadeirantes, porém em termos de estruturas achou positivo. Quanto às eleições, achou que houve falha de comunicação na publicação do edital, onde alguns conselhos não tiveram a oportunidade de se informarem e acabaram ficando fora do processo eleitoral, que esteve em reunião no evento, onde foi estabelecido que será realizada uma

comissão para avaliar os erros da eleição para que não se repita no futuro. Por fim, colocou-se à disposição para acompanhar em nome do CONEDE, sendo então, aprovado pela maioria dos presentes em votação na plenária. O conselheiro Leonardo, achou enriquecedor a participação na Conferência, que foi um evento histórico devido aos recursos de acessibilidade utilizados para os deficientes visuais. Que houve perda de tempo em aprovar propostas que eram redundantes, e que não houve tempo para melhorar as propostas. Que não achou interessante que a delegação de Santa Catarina ter saído antes do encerramento do evento. O conselheiro Sérgio, disse que achou a logística ótima, alimentação foi legal, que a informação para os deficientes visuais também. Que as pessoas desconheciam o decreto 5.296, bem como as responsabilidades dos conselhos municipais quanto à fiscalização da acessibilidade. Que não há uma unanimidade quanto à uniformização das propostas em nível nacional. Que a Patrícia solicite ao CONADE, que capacite os representantes para representarem suas entidades de maneira melhor. Que se deveria prever penalidades para aqueles que não cumprissem as leis e as políticas da pessoa com deficiência, que seja feita a cassação de prefeitos e demais representantes políticos. A conselheira Nilza lamentou a saída no dia do término da Conferência, tendo em vista que a diária do hotel era até o dia seguinte e que este fato impossibilitou a participação até o final da votação. Disse que a conferência foi muito boa, apesar da rede hoteleira apresentar dificuldades quanto a acessibilidade. Que a demora em plenária na aprovação do regimento da Conferência atrasou significativamente os trabalhos nos eixos, reduzindo ou impossibilitando a participação de alguns palestrantes. Que alguns delegados não sabiam exatamente o seu papel, que o Estado de Santa Catarina ofereceu propostas de qualidade. Que foi excelente a participação do desembargador Dr. Ricardo Tadeu no eixo temático do Trabalho, onde esclareceu várias dúvidas de todos devido a sua trajetória na elaboração de leis nesta área para as pessoas com deficiência e, que o CONADE tem uma força política muito grande. O conselheiro José Gochinski disse que a conferência foi um exemplo de logística, alimentação foi muito boa, que participou do grupo de trabalho e foi bom que terminaram com a aprovação de 70 propostas. Que no eixo de trabalho se fomentou a criação de novos conselhos e que a comissão de capacitação do CONEDE deve se organizar para incrementar e subsidiar a criação de novos conselhos. O conselheiro Adriano disse que a conferência foi boa quanto à acessibilidade, e que a logística foi excelente. Entretanto, observou que a organização das plenárias poderia ser melhor no quesito otimização do tempo, pois houve muita demora para iniciar leitura das propostas e que neste momento não se deveria corrigir apenas passá-las uma vez que já haviam sido discutidas anteriormente nas conferências estaduais. A conselheira Kelly disse que o momento agora não é para conferência, que deve ser mais pró-ativo no sentido de não apenas se observar o que está sendo feito, mas que se deve pensar em construir propostas e fiscalizar para ver se estão sendo postas em prática. Que os regimentos não devem ser discutidos nas conferências nacionais, que a técnica diferenciada utilizada nas Conferências de Controle Social foi muito proveitosa onde cada delegado recebia dez bolinhas da cor do seu segmento, e votava nas propostas. Que garantia que as propostas fossem votadas de maneira melhor. Que se deve buscar alternativas para fazer as conferências mais eficazes. A conselheira Rosana achou a discussão dos eixos muito interessante. Que o eixo no qual trabalhou era muito repetitivo e exaustivo, que teve que prestar muita atenção para votar com consciência e reforça o que a Kelly sugeriu de se criar novas formas de se fazer as conferências para otimizar este tipo de evento. Por fim, a presidente Andréia, agradeceu aos conselheiros Adriano, Kelly, Nilza, José, no acompanhamento da licitação para a compra das passagens para a Conferência. Em relação ao item 4 da pauta a presidente Andréia agendou a próxima reunião

para o dia 07 de fevereiro de 2013, onde então, serão realizadas o planejamento das comissões (planejamento do CONEDE, não das comissões, em período integral) para o decorrer do ano na parte da manhã e no período vespertino haverá a realização da plenária. Com relação ao PARAJASC conselheiro José disse que não achou ruim a acessibilidade, pois a delegação de Itajaí sempre ficou em hotel e que não houve problemas. Que quanto à acessibilidade na conferencia, que o hotel não é adaptado, mas que ficou muito bem. Que no PARAJASC, as dificuldades são mínimas sendo maiores para aqueles que ficam em alojamento. Que o transporte e alimentação fica por conta de cada município. O conselheiro João disse que participa do PARAJASC desde 2005, sempre ficou em alojamento, que em Brusque na escola que ficou foi muito bom, que os banheiros eram poucos, mas eram adaptados. Que essa política que cada município seja responsável pela alimentação é melhor. Que é uma política que deve ser cobrada mais nos municípios para que seja melhor a acessibilidade para sediar os atletas. O Sr. Carlos Roberto falou que a cidade de Brusque, quer realizar novamente, que Joinville depende do novo prefeito assim como Criciúma, que está numa comissão que prefere estes dois municípios. Que sugeriram que o governo aumente os repasses para o Parajasc. Solicitaram uma proposta para as cidades se inscreverem com antecedência de 2 anos para melhor se organizarem. Que o Parajasc ficou para outubro de 2013. Sérgio falou que o CONEDE deve ter um assento na FEESPORTE. Onde o Carlos respondeu que a FEESPORTE tem uma comissão de PARAJASC e que o CONEDE deve solicitar para o governador um assento nesta comissão. A conselheira Maria Nilza disse que o CONEDE participou da audiência pública para a pessoa autista realizada no mês de novembro na ALESC, que houve a deliberação para reunirem-se com os Secretários Estadual da Educação, Secretário da Saúde e com o Conselho Estadual de Educação, e Secretário da Assistência Social. Já foram realizadas reuniões com o Secretário da Educação que se propôs a realizar novos encontros para viabilizar as reivindicações, com o Secretário da Assistência que sugeriu a composição de uma comissão permanente para estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo. Com a saúde está difícil de se realizar as reuniões em virtude da agenda do Secretário. Sérgio disse que acompanhou a audiência pública para o atendimento dos surdos na ALESC e que conseguiram aprovar a proposta onde as provas do DETRAN serão realizadas em vídeo. E que serão feitos encontros para que se estabeleça esta proposta, que será solicitado que as escolas de formação se adequem. A conselheira Isabel falou que CONEDE foi elogiado pela ALESC, representado por ela, pelo Laércio, que foi bastante aplaudido pelo público, que o prêmio de responsabilidade social reforçou o papel do Conede na sociedade. A presidente Andréia disse que fará ofício agradecendo ao Laércio pela representatividade frente a ALESC. Em relação aos assuntos gerais, Leonardo disse que é contra o decreto de visão monocular, e que trabalha na comissão para revisão do decreto, pois segundo ele não está de acordo. Andreia solicita que se faça encaminhamentos, que sejam feitos encaminhamentos na reunião de planejamento de 2013, juntamente com a comissão do ALESC. Kelly disse que o CONEDE participou da comissão de avaliação de concurso público da PGE que a grande maioria era com visão monocular, que acha injusto a questão do Decreto que para concorrer como deficiente. Adriano disse que acha a lei injusta, uma vez que coloca as pessoas com deficiência intelectual em situação de desigualdade no caso de participação em e concurso público. Andreia disse que a SST tem 3 vagas no CONEDE e que acha muita vaga e que estuda possibilidade de estender a outras entidades como a procuradoria ou a Feesporte, etc. José perguntou sobre a denúncia sobre o CONEDE, Andréia disse que foi deflagrada através de denúncia pelo comitê de ética. Nilza disse que desde 2010 o comitê não conseguiu trabalhar, não conseguiu executar as reuniões e, por isto o comitê de ética decidiu comunicar

ao Secretário neste ano. Com relação ao Plano Viver Sem Limites (PVSL), Andréia disse que fez ofício conforme deliberado em assembleia, solicitando informações a respeito do andamento do PVSL. Adriano disse que segundo informações da Superintendência da SES que juntamente com a FCEE compuseram a coordenação do comitê gestor do plano este documento encontra-se no aguardo de agendamento da assinatura do Decreto pela Casa Civil. A conselheira Patrícia, disse que o encaminhou pedido de informações ao Governo do Estado, através da Lei da Informação, tendo sido respondido que a comissão gestora do plano não existe oficialmente. Acrescentou que segundo informações repassadas na reunião de eleição da atual diretoria do CONEDE, dois conselheiros estariam representando o conselho junto a esta comissão e que, portanto, as informações referentes a elaboração do plano deveriam ser repassadas pelos mesmos. Neste sentido, a responsabilidade pelo não repasse de informações e pela não participação de todo o conselho na elaboração das ações seria de ambos, enquanto representantes do coletivo de conselheiros. Os conselheiros Leonardo e Kely manifestaram-se concordando com a idéia de que, se de fato foram indicados representantes do CONEDE para participarem das reuniões da comissão gestora do plano, a qual estaria elaborando as ações, os mesmos deveriam atuar como intermediários, trazendo informações e levando sugestões, o que não está sendo feito. Ressaltaram, ainda, que a participação dos conselheiros e da sociedade civil deve se dar anteriormente a assinatura do Decreto, enquanto as ações estão sendo pensadas e planejadas. Porém, os membros que participaram da reunião da comissão gestora do plano, enquanto servidores, manifestaram-se dizendo que é uma ação de governo federal que as entidades civis serão convidadas a participarem após a assinatura do decreto. Após algumas manifestações por parte dos conselheiros presentes, a Presidente admitiu ter havido erro de atuação, considerando que fazia parte da comissão como servidora e, após ter sido eleita presidente do CONEDE, manteve-se como representante do conselho, a pedido da própria comissão, embora não tenha mudado sua forma de atuação, fazendo os devidos repasses ao conselho. Disse, porém, que irá tomar as providências necessárias ao engajamento de todos os conselheiros, em especial da sociedade civil, na elaboração do plano em âmbito estadual. Os demais conselheiros concordaram com a proposição, tendo a conselheira Patricia ressaltado que, caso a situação não seja resolvida até a próxima reunião, formalizará o pedido de informações, desta vez, junto ao CONEDE. Por fim, ficou acordado que será enviado de ofício para o DETER citando o caso relatado na plenária do CONEDE onde uma pessoa ostomizada foi impedida de usar o banheiro para deficiente. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Adriano Sousa, secretário *ad hoc* que lavrasse a presente ata que será enviada aos conselheiros e será assinada pelos presentes. Florianópolis, 13 de dezembro de 2012.

“CONEDE – PLANTANDO AS SEMENTES DA IGUALDADE”